



PREFEITURA MUNICIPAL  
**VERDELÂNDIA**  
Verdelândia da esperança!  
ADM. 2025/2028

---

# PLANO PLURIANUAL

QUADRIÊNIO 2026 – 2029



---

**LEI N.º 615 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025**

**DISPÕE SOBRE O PLANO  
PLURIANUAL PARA O  
PERÍODO 2026 - 2029.**

A Câmara Municipal de Verdelândia- MG decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DO PLANO**

**Artigo 1º-** Esta lei institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026 - 2029 em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal considerando as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada.

**Artigo 2º-** Integram o PPA os seguintes ANEXOS:

- I - ANEXO - Objetivos, Diretrizes e Metas
- II - ANEXO - Ações Validadas (Objetivos, Diretrizes e Metas)
- III - ANEXO - PPA por Elemento

**Artigo 3º-** As prioridades e as metas da Administração Pública Municipal, a que se refere a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), constituem o conjunto de programas estratégicos definidos no PPA.

**Artigo 4º-** Os programas, como instrumento de organização das ações de governo no âmbito da Administração Pública Municipal, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual (PPA).

**Parágrafo Único** – Os valores consignados a cada ação são referenciais e não se constituem em limites à programação de despesas expressas em cada Lei de





Diretrizes Orçamentárias e em cada Lei Orçamentária, assim como em propostas para créditos adicionais.

## **CAPÍTULO II**

### **DA GESTÃO DO PLANO**

#### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

**Artigo 5º-** A gestão do PPA observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão de programas.

**Artigo 6º-** Cabe ao Órgão Central de Planejamento e Orçamento estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual e seu monitoramento.

#### **Seção III**

##### **Do monitoramento e da avaliação**

**Artigo 7º-** O PPA será monitorado e avaliado sob a coordenação do Órgão Central de Controle Interno, ao qual compete acompanhar o cumprimento diretrizes e orientações técnicas para seu funcionamento.

**Parágrafo único -** Os programas estratégicos estabelecidos no PPA serão objeto da alocação prioritária de recursos e serão gerenciados intensivamente, por meio do detalhamento, pelos respectivos secretários, das etapas de sua execução e da elaboração de relatórios anuais de monitoramento, sob apoio e orientação do Órgão Central de Controle Interno.

**Artigo 8º-** As unidades responsáveis pelos programas e ações constantes nos ANEXOS desta lei manterão atualizadas, ao longo do exercício financeiro, as



informações referentes à execução física e financeira desses programas e ações e à apuração dos indicadores definidos no plano.

### **Seção III**

#### **Das Revisões e Alterações do Plano**

**Artigo 9º-** A exclusão ou a alteração de programas constantes desta lei ou a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico ou de revisão geral, ressalvado o disposto no §4º deste artigo.

§1º - a proposta de alteração ou inclusão de programas conterá no mínimo:

I – Diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;

II – Identificação dos efeitos financeiros ao longo do período de vigência do Plano Plurianual;

§2º - Considera-se a alteração de programa:

I – Adequação da denominação, dos objetivos, dos indicadores e do público alvo;

II – Inclusão, exclusão ou alteração de ações governamentais.

§3º - As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei.

§4º - A inclusão e a alteração de ações de que trata o inciso II do §2º deste artigo poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que vinculadas a programas já existentes no Plano Plurianual e não sejam necessárias as alterações de que trata o inciso I do §2º deste artigo.

§5º Os projetos de lei específica ou de créditos especiais que importem na criação de programas, indicadores ou ações serão integrados por ANEXO que conterá os atributos qualitativos e quantitativos por meio dos quais esses elementos são caracterizados no PPA.

### **Seção IV**

#### **AGENDA TRANSVERSAL**





**Art. 10º** - Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

Agenda Transversal - conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva.

**Art. 11º** - São agendas transversais do PPA 2026-2029:

I - Crianças e adolescentes;

**Art. 12º** - Compõe o PPA 2026-2029:

A - Anexo A - Programas com valor global, objetivo geral, órgão responsável, objetivos específicos, indicadores e metas;

B - Anexo B - Agendas transversais;

§ 1º Até 120 dias após a data de publicação desta Lei, o Poder Executivo divulgará, em sítio eletrônico oficial, rol dos atributos gerenciais do PPA (entregas de todos os Objetivos dos Programas) bem como as agendas transversais completas com as entregas planejadas.

### **CAPÍTULO III**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 13º**- Relativamente ao Plano Plurianual, o Poder Executivo divulgará:

I – O texto atualizado da lei que o instituiu, compreendidos seus ANEXOS, com a relação atualizada dos Programas Estratégicos;

II – O texto atualizado das leis de revisão do Plano Plurianual, compreendidos os respectivos ANEXOS, inclusive o demonstrativo de inclusão e exclusão de programas e ações.



PREFEITURA MUNICIPAL  
**VERDELÂNDIA**  
Verdelândia da esperança!  
ADM: 2025/2028

**Artigo 14º-** Cabe aos Poderes Legislativo e Executivo efetuar os ajustes necessários à compatibilização do planejamento contido no PPA e na Lei Orçamentária, mantendo iguais os valores físicos e financeiros detalhados para cada ação nos dois instrumentos.

**Artigo 15º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando os dispositivos em contrário.

Verdelândia (MG), 22 de dezembro de 2025.

WILTON LEITE  
MADUREIRA:52  
025934653

Assinado de forma digital  
por WILTON LEITE  
MADUREIRA:52025934653  
Dados: 2025.12.22  
13:32:59 -03'00'

**Wilton Leite Madureira**  
**Prefeito Municipal**

